



MUNICÍPIO DE AJURICABA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Oscar Schmidt, nº 172 - Telefone: (55) 3387.0600

ATA DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

EDITAL: 0076/2024 **PROCESSO:** 98

Objeto: Pregão Eletrônico (14.133/21) - Registro de preços visando à Contratação de Empresa especializada na prestação de serviço terceirizado de profissionais para realizar atividade de limpeza, conservação e serviços gerais como Auxiliar de Manutenção e Conservação Predial e de profissionais Auxiliares de Educação Especial de Escolas

ESCLARECIMENTOS

Pedido de esclarecimento

Protocolo 18400

Situação: Respondido

Data do pedido: 03/06/2024 17:30

Solicitação: Boa tarde Solicito resposta ao pedido de esclarecimento abaixo: 1 - O Item 1 que esta sendo licitado é serviços gerais de limpeza, manutenção predial, ou seja, são atividades que podem ser prestadas pela tributação do Simples Nacional, assim, esta correto nosso entendimento que no item I as empresas poderão fazer suas planilha pelo Simples Nacional? 2 - O item II - Auxiliar de Educação Especial poderá ser prestado pelo Simples Nacional?

Resposta

Data: 05/06/2024 14:55

Responsável: SAULO LUCAS TORQUETTI

Texto: A Lei Complementar 123/2006, em seu art. 17, enumera e excetua as situações nas quais as empresas não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do SIMPLES NACIONAL: "Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte: XII - que realize cessão ou locação de mão-de-obra; Parag. 1º As vedações relativas a exercício de atividades previstas no caput deste artigo não se aplicam às pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades referidas nos §§ 5º -B a 5º -E do art. 18 desta Lei Complementar, ou as exerçam em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação no caput deste artigo. Assim, a leitura desse dispositivo deixa claro que, das atividades mediante cessão ou locação de mão de obra (inciso XII do caput do art. 17), somente as previstas no § 5-C do referido artigo são permitidas aos optantes do regime tributário do SIMPLES NACIONAL, como se vê: "Art. 18. (...) 5º-C Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis: VI - serviço de vigilância, limpeza ou conservação."

Pedido de esclarecimento

Protocolo 18510

Situação: Respondido

Data do pedido: 06/06/2024 01:58

Solicitação: Bom dia Sr Pregoeiro a resposta ao pedido de esclarecimento realizado anteriormente não ficou clara, novamente questionamos: O edital do PE 0076/2024 tem como objeto: Registro de preços visando à Contratação de Empresa especializada na prestação de serviço terceirizado de profissionais para realizar atividade de LIMPEZA, conservação e serviços gerais como Auxiliar de Manutenção e Conservação Predial e de profissionais Auxiliares de Educação Especial de Escolas. A lei 123/06 no art 17, enumera que somente as previstas no § 5-C do referido artigo são permitidas aos optantes do regime tributário do SIMPLES NACIONAL, como se vê: "Art. 18. (...) 5º-C Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis: VI - serviço de vigilância, LIMPEZA ou conservação." Ora, como se verifica, o edital em comento é serviços de limpeza, pois o próprio texto do objeto diz: prestação de serviço terceirizado de profissionais para realizar atividade de LIMPEZA (...) e os serviços de limpeza é permitido a tributação do Simples Nacional, assim questionamos: A empresa que quiser participar do ITEM 1 que é serviços de conservação e LIMPEZA, poderá fazer sua planilha de custos pelo Simples Nacional, haja vista a permissão em lei?

Resposta

Data: 07/06/2024 08:57

Responsável: SAULO LUCAS TORQUETTI

Texto: A empresa participante deve elaborar a planilha de custos observando as suas peculiaridades internas quanto ao seu enquadramento tributário, Desta forma, esta deve observar na elaboração da planilha de custos não o objeto (serviço a ser ofertado), mas o enquadramento da empresa, devendo atentar-se na elaboração desta para o disposto no Art. 18, 5º-C (quanto a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13) ambos da lei 123/06. Se a empresa esta enquadrada no simples e prestando somente serviços que não o excluam do simples deve fazer pela tributação do simples, mas se tiver prestando serviços que o excluam daí não pode ser simples.. Mas, isso não é uma dúvida sobre o Edital em tela, mas sim interna de vossa empresa com o seu contador que deve instruí-lo. Mas ressalta-se que o desconto no INSS não será pelo simples e isso deverá constar na planilha.

Pedido de esclarecimento**Protocolo 18599****Situação:** Respondido**Data do pedido:** 07/06/2024 16:51

Solicitação: Prezado, As respostas aos questionamentos, conduzem a anulação do certame, pois as empresas do Simples Nacional podem participar de processo licitatórios, contudo, desde que comprovada a não utilização dos benefícios tributários do regime diferenciado na proposta de preço, conforme doutrina e jurisprudência consolidada, especialmente do TCU e TCE/RS. Ademais, caso venha a ser contratada, deve obrigatoriamente comunicar ao órgão fazendário, para fins de exclusão do regime tributário diferenciado, e para que passe a recolher os tributos pelo regime comum. Desta forma, solicitamos esclarecimentos quanto a consideração de propostas e lances, eivados de ilegalidade, cumulado com o cumprimento obrigatório de fiscalização da exclusão da empresa do Simples Nacional, caso venha a ser contratada. Acórdão341/2012 - Plenário - TCU Acórdão797/2011 - Plenário - TCU Acórdão 4023/2022 - Segunda Câmara TCU

Resposta**Data:** 10/06/2024 10:36**Responsável:** SAULO LUCAS TORQUETTI

Texto: Bom dia, as empresas do simples podem participar, em nenhum momento foi dito que não, mas, na elaboração da planilha estas devem considerar a tributação normal das contribuições previdenciárias conforme já explicado anteriormente. O Município irá exigir que a empresa recolha as contribuições previdenciárias na tributação normal, apresentando desde relação de servidores, os devidos recolhimentos e as devidas obrigações acessórias. Caso a empresa na planilha final apresentar a contribuição previdenciária menor que a normal, será passível de desclassificação da proposta se for constatado que a mesma se torne inexecutável. A planilha final será analisada pelo setor de contabilidade do Município, antes da adjudicação.

IMPUGNAÇÕES

Não foram registrados pedidos de impugnação.

----- Data/Hora de Geração deste documento: 10/06/2024 10:36 -----